



ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. A taxa média ponderada de desconto foi definida com base na seguinte premissa: • Taxas de descontos que levam em consideração a média de curvas de custos de debêntures obtidas junto às instituições financeiras e avaliações de risco de crédito da Companhia, ajustadas aos prazos e valores dos contratos de arrendamento. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multa por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo do arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado o resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamentos a pagar no balanço patrimonial. A Companhia contabiliza impostos diferidos sobre arrendamentos com efeito em resultado semelhante aos das alterações, exceto que os impactos dos impostos diferidos são apresentados líquidos no balanço patrimonial. De acordo com as alterações, a Companhia reconheceu um imposto diferido ativo e um imposto diferido passivo. Em 31 de dezembro de 2023, a diferença temporária tributável em relação ao ativo com direito de uso é de R\$ 41.821 (nota explicativa 15.1) e a diferença temporária dedutível em relação ao passivo de arrendamento é de R\$ 44.135 (nota explicativa 15.2), resultando em um imposto diferido ativo líquido de R\$ 787 (nota explicativa 24). De acordo com as alterações, a Companhia apresentou um imposto diferido passivo separado de R\$ 14.219 e um imposto diferido ativo separado de R\$ 15.006. Não houve impacto sobre os lucros acumulados com adoção das alterações. **Arrendamentos de ativos de baixo valor** - A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos com uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **4. Normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de normas novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **Classificação dos passivos como circulante ou não circulante com Covenants** (alterações ao CPC 26 / IAS 1) - As alterações, emitidas em 2022, alteram os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na Nota Explicativa 16, a Companhia tem Debênture incentivada que está sujeita a covenants específicos. Embora ambos os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura curva dos covenants específicos, pode exigir que a Companhia liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações. **b. Outras Normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (Alterações ao CPC 06 / IFRS 16). • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02 / IAS 2).

	2023	2022
Caixa	3	9
Bancos conta movimento	119	2.034
Aplicações de liquidez imediata	107.446	127.273
	<b>107.529</b>	<b>90.316</b>

	2023				2022			
	Vida útil (em anos)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Vida útil (em anos)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
<b>a. Composição do imobilizado</b>								
Beneficiárias em imóveis de terceiros (a)		10	25,776	(10.636)	4.640	2.734		
Bens e equipamentos de operação (a)	5 a 10	524.688	(261.455)	263.232	243.699			
Móveis e utensílios	10	1.748	(1.065)	683	120			
Equipamentos de informática	3	2.278	(1.762)	516	312			
Veículos	5	3.315	(2.772)	543	575			
Imobilizado em construção - Bens e equipamentos de operação (b)	-	565.320	(277.690)	287.629	284.498			
<b>Total</b>		<b>2022</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>			
		13.263	4	(715)	2.724	15.273		
<b>b. Movimentação do custo</b>								
Beneficiárias em imóveis de terceiros (a)		481.280	2.220	(918)	42.173	524.688		
Bens e equipamentos de operação (a)		1.395	85	(262)	530	1.748		
Móveis e utensílios		1.886	380	(46)	58	2.278		
Equipamentos de informática		3.120	-	(205)	400	3.315		
Veículos		37.063	27.771	(936)	(45.885)	18.015		
Outros		-	-	-	-	-		
<b>Total</b>		<b>538.007</b>	<b>30.460</b>	<b>(3.149)</b>	<b>-</b>	<b>565.320</b>		
		<b>2021</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>31/12/2022</b>		
		13.263	-	-	15.011	481.280		
Bens e equipamentos de operação (a)		465.525	743	-	-	1.395		
Móveis e utensílios		1.378	16	-	-	1.886		
Equipamentos de informática		1.662	217	-	7	1.866		
Veículos		3.120	-	-	-	3.120		
Imobilizado em construção - Bens e equipamentos de operação (b)		23.842	29.486	(1.236)	(15.029)	37.063		
Outros		-	-	-	-	-		
<b>Total</b>		<b>508.780</b>	<b>30.462</b>	<b>(1.236)</b>	<b>-</b>	<b>538.007</b>		

(a) Em janeiro de 2018, a Companhia revisou as vidas úteis dos seus ativos. A depreciação das beneficiárias em imóveis de terceiros e bens e equipamentos de operação são realizadas tomando como base os prazos de vida útil estabelecidos pelos peritos avaliadores, limitados aos períodos dos contratos de arrendamentos junto à Autoridade Portuária de Santos, de 23 de fevereiro de 2001 a 23 de fevereiro de 2041. (b) As imobilizações em andamento referem-se aos bens e equipamentos de operação em construção (construção e atualização). O saldo registrado em 31 de dezembro de 2023 refere-se aos projetos de sistema de captação de efluentes gasosos (VOC) R\$ 158; serviços de jateamento e repintura de tanques, tubulações e estruturas metálicas para prevenção de oxidação pelo ambiente marítimo R\$ 3.037; monitoramento do espaço vazio R\$ 2.223; adequação nos servidores de telecomunicação e banco de dados R\$ 1.815; projeto de implantação de controle de acesso com reconhecimento facial nas áreas administrativas e operacionais R\$ 755; revamp das tubulações do terminal R\$ 633; adequações de tubulação da plataforma R\$ 558; revamp das tubulações de nitrogênio do terminal R\$ 557; entre outros.

	2022	Adições	Baixas	2023
<b>c. Movimentação da depreciação acumulada</b>				
Beneficiárias em imóveis de terceiros	(10.529)	539	432	(10.636)
Bens e equipamentos de operação	(237.581)	(23.976)	100	(261.457)
Móveis e utensílios	(1.273)	(53)	262	(1.064)
Equipamentos de informática	(1.574)	(235)	46	(1.763)
Veículos	(2.545)	(430)	205	(2.770)
<b>Total</b>	<b>(253.502)</b>	<b>(25.233)</b>	<b>1.045</b>	<b>(277.690)</b>
	<b>2021</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>2022</b>
Beneficiárias em imóveis de terceiros	(10.274)	(255)	-	(10.529)
Bens e equipamentos de operação	(216.665)	(20.914)	-	(237.579)
Móveis e utensílios	(1.247)	(27)	-	(1.274)
Equipamentos de informática	(1.399)	(174)	-	(1.573)
Veículos	(2.146)	(433)	-	(2.543)
<b>Total</b>	<b>(231.699)</b>	<b>(21.803)</b>	<b>-</b>	<b>(253.502)</b>

**Bacia 10** - No final de 2017, entrou em operação a "bacia 10", 5 tanques e equipamentos operacionais, cuja construção visa atender ao acordado na renovação antecipada do contrato de arrendamento, assinado em 18 de dezembro de 2014 e publicado no DOU em 24 de dezembro de 2014. O custo de construção e sua respectiva depreciação é demonstrado abaixo:

	2023				2022			
	Vida útil (em anos)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Vida útil (em anos)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Bacia 10	6 a 7	68.721	(20.528)	48.193	20	51.456	(18.952)	32.504

**Provisão para redução no valor recuperável (impairment)** - Os ativos da Companhia são contabilizados por valores que não superem seus valores recuperáveis, inexistindo a necessidade do reconhecimento da desvalorização por meio da constituição da provisão para perdas. Para assegurar-se de que seus ativos não estão contabilizados por valor superior ao de recuperação pelo uso ou venda, a Companhia toma por base análises sobre os fatores externos e internos previstos no CPC 01 / IAS 36 - Redução ao valor recuperável de ativos e não identificou qualquer indicativo que requere a realização de teste de impairment.

	2023				2022			
	Vida útil (em anos)	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Vida útil (em anos)	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Outros intangíveis	2	2.407	(1.854)	552	566			
<b>Total</b>		<b>2.407</b>	<b>(1.854)</b>	<b>552</b>	<b>566</b>			

**16. Movimentação do custo**

	2022	Adições	Baixas	Transferências	2023
Outros intangíveis	1.174	585	(152)	-	2.407
<b>Total</b>	<b>1.974</b>	<b>585</b>	<b>(152)</b>	<b>-</b>	<b>2.407</b>

**Outros intangíveis**

	2021	Adições	Baixas	Transferências	2022
Outros intangíveis	1.160	810	-	4	1.974
<b>Total</b>	<b>1.160</b>	<b>810</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>1.974</b>

**c. Movimentação da amortização acumulada**

	2022	Adições	Baixas	2023
Outros intangíveis	(1.408)	(598)	152	(1.854)
<b>Total</b>	<b>(1.408)</b>	<b>(598)</b>	<b>152</b>	<b>(1.854)</b>
	<b>2021</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>2022</b>
Outros intangíveis	(915)	(493)	-	(1.408)
	(915)	(493)	-	(1.408)

**Provisão para redução no valor recuperável (impairment)** - Os ativos da Companhia estão contabilizados por valores que não superem seus valores recuperáveis, inexistindo a necessidade do reconhecimento da desvalorização por meio da constituição da provisão para perdas. Para assegurar-se de que seus ativos não estão contabilizados por valor superior ao de recuperação pelo uso ou venda, a Companhia toma por base análises sobre os fatores externos e internos previstos no CPC 01 / IAS 36 - Redução ao valor recuperável de ativos e não identificou qualquer indicativo que requere a realização de teste de impairment.

	2023	2022
<b>15. Ativos de direito de uso e Arrendamento a pagar:</b> Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas que não atendem à definição de propriedade para investimento são apresentados como ativo imobilizado (vide Nota explicativa 15.1). A movimentação dos saldos do ativo e do passivo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 está demonstrada a seguir:		
<b>15.1. Ativos de direito de uso</b>		
<b>Ativo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>31.276</b>	
Adições	177	
Depreciação	(2.066)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>29.210</b>	
Adições	21.263	
Baixas	(7.590)	
Depreciação	(1.062)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>41.821</b>	
<b>15.2. Arrendamentos a pagar</b>		
<b>Passivo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>32.129</b>	
Provisão passiva de arrendamento - CP	(3.506)	
Apropriação de juros	2.254	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>30.877</b>	
Adições	21.263	
Baixas	(6.330)	
Pagamento passivo de arrendamento - CP	(4.984)	
Apropriação de juros	3.309	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>44.135</b>	
Passivo não circulante	1.740	
	<b>42.395</b>	

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa os valores que são realizáveis e conversíveis imediatamente em caixa. As aplicações de liquidez imediata são representadas por CDBs - Certificados de Depósitos Bancários, remunerados, em 31 de dezembro de 2023, à taxa média de 103% a 103,5% (103% a 103,6% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com vencimento inferior a 90 dias, e por Operações Compromissadas, remuneradas em 31 de dezembro de 2023 à taxa média de 80% (80% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), estando sujeito a um baixo risco de mudança de valor. As informações sobre a exposição da Companhia e riscos de crédito e de mercado sobre a mensuração a valor justo estão incluídas na nota explicativa 31 de Instrumentos Financeiros.

	2023	2022
<b>6. Instrumentos financeiros derivativos</b>		
Ativo financeiro derivativo líquido	4.642	4.536
<b>Ativo circulante</b>	<b>4.642</b>	<b>135</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>4.401</b>
Abaixo as movimentações ocorridas para o exercício findo em 31/12/2023:		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>4.536</b>	
Perda swap	(3.733)	
Gainho swap	3.961	
(Recebimento)/Pagamento swap	(1.422)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>4.642</b>	

A Companhia mantém operações para troca de índices ("swap") para proteger eventual flutuação da taxa de juros da debênture cuja remuneração é IPCA mais juros de 3,99% a.a. para CDI + 0,62% a.a. As informações sobre o índice da Debênture podem ser verificadas na nota explicativa nº 16. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa 31.

	2023	2022
<b>7. Contas a receber</b>		
Clientes nacionais	8.262	9.248
Clientes no exterior	928	129
Subtotal	<b>9.190</b>	<b>9.377</b>
(-) Provisão para perda de créditos esperada	(-)	(1.803)
<b>Total</b>	<b>9.190</b>	<b>7.574</b>

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes é como segue:

	2023	2022
<b>Aging list</b>		
Títulos a vencer	8.885	5.659
Títulos vencidos há até 30 dias	305	1.217
Títulos vencidos há mais de 180 dias	-	698
	-	1.803
<b>Total</b>	<b>9.190</b>	<b>9.377</b>

A movimentação da provisão de crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	2023	2022
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2022</b>	<b>(1.803)</b>	
Adições	-	-
Baixas	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(1.803)</b>	
Adições	-	-
Baixas	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(1.803)</b>	

Veja política contábil na nota explicativa 3h.

	2023	2022
<b>8. Outros créditos</b>		
Adiantamento a fornecedores (a)	3.116	862
Créditos com funcionários	175	157
Outras contas a receber	340	242
<b>Total</b>	<b>3.631</b>	<b>2.261</b>

(a) Refere-se a pagamentos realizados a fornecedores para aquisição de materiais e prestação de serviços.

	2023	2022
<b>9. Imposto de renda e contribuição social a recuperar</b>		
IRPJ e CSLL a recuperar	3.196	4.509
	<b>3.196</b>	<b>4.509</b>

**10. Outros impostos a recuperar**

	2023	2022
PIS e COFINS a recuperar	376	404
Outros	12	12
<b>Total</b>	<b>388</b>	<b>416</b>

**11. Despesas antecipadas**

	2023	2022
Prêmios de seguros (a)	2.039	1.835
ISS sobre faturamento antecipado	131	131
Outros	34	50
<b>Total</b>	<b>2.204</b>	<b>2.016</b>

(a) Referem-se aos seguros garantia, seguro de operador portuário, seguro de riscos nomeados, seguro riscos ambientais, seguro empresarial, seguro fiança, seguro D&O e seguro de veículos.

**12. Transações com Partes Relacionadas:** Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com suas partes relacionadas e colaboradores. **Remuneração dos Administradores** - A remuneração dos Administradores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 foi:

	2023	2022
Remuneração e encargos sociais	829	2.786
	<b>2.829</b>	<b>2.786</b>

Referem-se à área arrendada no porto de Santos sob a Administração da Autoridade Portuária de Santos, sob arrendamentos operacionais. Esse arrendamento iniciou-se em 23 de fevereiro de 2001, renovou-se antecipadamente em 18 de dezembro de 2014 e possui prazo de 27 anos, finalizando a vigência em 23 de fevereiro de 2041. Os pagamentos do arrendamento são reajustados pelo IGP-M (FGV) anualmente. Em setembro de 2022 o índice para reajuste do arrendamento foi alterado para IPCA. Há contratos de aluguel de Tanques Criogênicos, Empilhadeiras, Contêiner, Aluguel Escritório e Arrendamento de Aeronave. Durante o ano de 2023 foi celebrado novo contrato de locação do escritório em São Paulo, no montante de R\$ 2.375 e atualização da contraprestação de contratos pré-existentis no montante de R\$ 18.888. Adicionalmente houve redução parcial do valor do contrato de arrendamento com Autoridade Portuária de Santos.

**13. Valores reconhecidos no resultado**

	2023	2022
<b>Arrendamentos de acordo com CPC 06 (R2) / IFRS 16</b>		
Juros sobre arrendamentos	3.309	2.254
Despesas relacionadas a arrendamentos de curto prazo		

de risco conforme abaixo:

	2023		2022	
	R\$	USD	R\$	USD
Contas a receber	928	192	129	25
Exposição	928	192	129	25
			2023	2022
Chile			611	-
Estados Unidos			255	129
Holanda			63	-
Exposição			928	129

Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia, atreladas ao CDI e IPCA. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Exposição - Taxa de Juros	Saldo Contábil	Risco	Provável	25%	-25%	50%	-50%
IPCA			3,57%	4,46%	2,68%	5,36%	1,79%
Debêntures	(26.093)	Aumento IPCA	(27.024)	(27.257)	(26.792)	(27.490)	(26.559)
CDI			9,91%	12,39%	7,43%	14,87%	4,96%
Instrumentos derivativos – swap Ativo	25.929	Diminuição CDI	28.499	29.141	27.856	29.783	27.214
Instrumentos derivativos – swap Passivo	(21.287)	Aumento CDI	(23.397)	(23.924)	(22.869)	(24.451)	(22.342)
Aplicações financeiras	107.407	Diminuição CDI	118.051	120.712	115.390	123.373	112.729
<b>Impacto no resultado</b>			<b>2.776</b>	<b>(2.776)</b>	<b>5.552</b>	<b>(5.552)</b>	

A Administração da Companhia entende que a exposição a moeda estrangeira é imaterial e qualquer variação significativa nas taxas de dólar não causariam impactos significativos para a Companhia, por isso, não está sendo divulgada a análise de sensibilidade de risco cambial.

**Risco de taxa de juros** - Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia.

**32. Transações sem efeito caixa:** Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia teve as seguintes transações não caixa, que não foram apresentadas nas Demonstrações dos fluxos de caixa:

Transações sem efeito caixa	2023	2022
Dividendos mínimos propostos a pagar	(25.181)	(10.464)
Resultado do exercício	25.181	10.464
Impostos a recuperar	-	(982)
Resultado do exercício	-	982
Despesa financeira	(3.733)	(144)
Receita financeira	3.961	6.027
Instrumento financeiro derivativo	(228)	(5.833)
Ativo de direito de uso	21.263	-
Passivo de arrendamento	(21.263)	-
Baixa de direito de uso	1.260	-
Reversão de amortização	(1.260)	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**33. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens próprios sujeitos a riscos e relativos às responsabilidades para com terceiros em função da sua atividade por montantes considerados suficientes para

cobrir eventuais sinistros. Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por:

Natureza da cobertura	Montantes segurados
Operador Portuário (Responsabilidade Civil)	314.349
Riscos Nomeados Operacionais	382.824
Riscos Ambientais	98.380
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores D&O	27.055

**34. Eventos subsequentes: Reclassificação de debêntures** - Conforme nota explicativa 16, a Companhia possui debênture incentivada que está sujeita a *covenants* específicos. Em 30 de setembro e 31 de dezembro de 2023, a dívida foi registrada integralmente no passivo circulante como consequência do cumprimento intempestivo de obrigação não pecuniária prevista na escritura da debênture da Companhia. No entanto, em 16 e 22 de abril de 2024 foi obtido *“waiver”* junto aos debenturistas de forma a ratificar o cumprimento da obrigação não pecuniária, dentre outros. Conseqüentemente, na data de emissão deste relatório, a dívida já foi reclassificada para o passivo não circulante, retornando ao fluxo de pagamento original previsto na escritura da debênture demonstrado abaixo. A parcela de longo prazo a ser reclassificada no passivo não circulante é demonstrada a seguir, por ano de vencimento:

Ano	Valor
2025	9.904

Matheus Ruiz Santiago  
Presidente

Ricardo Wiering de Barros  
Diretor Administrativo Financeiro

Francisco Carlos Baltazar de Queiroz  
Contador - CRC 1SP197903/O-2

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

**Aos Acionistas e Administradores da Ageo Terminais e Armazéns Gerais S.A.** São Paulo – SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Ageo Terminais e Armazéns Gerais S.A. (“Companhia”), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Ageo Terminais e Armazéns Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Ativo imobilizado** - Veja as Notas 3 (f) e 13 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui registrado na rubrica de ativo imobilizado do balanço patrimonial o montante de 287.629 mil. A Companhia investe valores significativos na ampliação e manutenção dos seus bens e equipamentos. Os investimentos são realizados objetivando: a ampliação, manutenção e reparo do item do ativo imobilizado; e substituição de peças de um ativo imobilizado para manter os ativos imobilizados em boas condições de funcionamento e garantir que estejam dentro do padrão de qualidade e segurança para continuidade da prestação dos serviços oferecidos pela Companhia até o final do prazo do contrato de direito de exploração e uso da Instalação Portuária, atendendo o acordado no referido contrato. Desta forma, a administração da Companhia exerce julgamento para definir se a alocação dos gastos deve ser reconhecida como imobilizado ou despesa. Devido à quantidade das transações, ao julgamento exercido pela administração da Companhia e o ativo imobilizado ser o elemento mais relevante das demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliarmos as políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado; (ii) analisamos em base amostral, a classificação dos valores dos investimentos entre imobilizado ou como gastos de manutenção reconhecidos no resultado do exercício com base na natureza desses investimentos; (iii) avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, tomadas em conjunto.

**Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria

sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de maio de 2024.

**KPMG** Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP 014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori  
Contador - CRC 1SP245014/O-2

Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2 de  
24/08/2021, que institui a Infraestrutura  
da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.  
**AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>